

RELATÓRIO DOS CHEFES DE MISSÃO DA UNIÃO EUROPEIA SOBRE JERUSALÉM ORIENTAL

15 DE DEZEMBRO DE 2008

INTRODUÇÃO – JERUSALÉM E O PLANO DE PAZ PARA O MÉDIO ORIENTE

1. Os planos israelitas de longa data para Jerusalém, agora implementados a um passo acelerado, estão a minar as perspectivas de uma capital palestina em Jerusalém Oriental e para uma solução sustentável de dois estados. Embora Israel tenha preocupações legítimas de segurança em Jerusalém, muitas das suas actuais acções ilegais dentro e à volta da cidade têm poucas justificações de segurança. Os “factos israelitas no terreno” – incluindo novos colonatos, construção da barreira, políticas de habitação discriminatórias, demolições de casas, regime de autorizações restritivo e contínuo encerramento de instituições palestinianas – aumentam a presença de judeus israelitas em Jerusalém Oriental, enfraquecem a comunidade palestina na cidade, impedem o desenvolvimento urbano palestino e separam Jerusalém Oriental do resto da Cisjordânia. Através de meios práticos, Israel prossegue activamente uma anexação ilegal de Jerusalém Oriental.

2. A criação diária de “factos no terreno” na cidade mina a credibilidade da Autoridade Palestina e enfraquece o apoio popular às conversações de paz israelo-palestinas. A acrescentar a isto, estas acções em marcha irão complicar ainda mais os já delicados preparativos sobre o estatuto final da cidade. Mais colonos israelitas – e menos residentes palestinianos – em Jerusalém Oriental irão tornar ainda mais difíceis eventuais concessões israelitas. Além disso, a actual presença dominante israelita em Jerusalém Oriental irá tornar a separação israelo-palestina muito mais complicada e difícil de alcançar em termos práticos. Assim, as acções israelitas dentro e à volta de Jerusalém constituem um dos maiores desafios para alcançar a paz israelo-palestina.

I. - A POLÍTICA DA UE EM JERUSALÉM ORIENTAL

3. A política da UE em relação a Jerusalém Oriental é baseada nos princípios estabelecidos na Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU, nomeadamente a inadmissibilidade de obter território pela força. Em consequência disso, a UE nunca reconheceu a anexação de Jerusalém Oriental em 1967 nem a subsequente Lei Base de 1980 (Lei Base Jerusalém Capital de Israel) que tornou Jerusalém a capital “completa e unificada de Israel. Os Estados Membros da UE localizaram assim as suas missões acreditadas em Telavive. A UE é contra as medidas que possam prejudicar o resultado das negociações sobre o Estatuto Permanente, consignadas na terceira fase do Roteiro para a Paz (Road Map), como as acções destinadas a mudar o estatuto de Jerusalém Oriental.

4. Nas conferências realizadas em 1999 e 2001, as Altas Partes Contratantes da Quarta Conferência de Genebra reafirmaram a aplicabilidade da Convenção sobre o Território Palestino Ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e reiteraram a necessidade do respeito total pelas cláusulas da Convenção nesse território.

5. Em Julho de 2004, a UE reconheceu o Parecer Consultivo do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) sobre as “Consequências Legais da Construção de um Muro no Território Palestino Ocupado” e votou a favor da Resolução da Assembleia-geral aprovada na 10ª Sessão Especial de Emergência que o reconheceu. Enquanto a UE reconhece as preocupações de segurança israelitas e o seu direito à defesa, a posição da UE sobre a legalidade da barreira de separação coincide com o Parecer Consultivo do TIJ.

II - COLONATOS DENTRO E À VOLTA DE JERUSALÉM ORIENTAL

Sumário

6. A construção de colonatos dentro e à volta de Jerusalém Oriental continua a passos rápidos, contrariando as obrigações de Israel para com o direito internacional e o Roteiro para a Paz, reafirmadas em Annapolis. Em 2008, o número de adjudicações em Jerusalém Oriental amentou quase 40 vezes comparadas com 2007. Entre um total aproximado de 470.000 colonos nos territórios palestinos ocupados, actualmente existem cerca de 190.000 colonos israelitas (40%) a viver dentro de Jerusalém Oriental, a juntar aos cerca de 96.000 em colonatos à volta de Jerusalém, a maioria a viver em grande blocos de habitações como Givat Ze'ev, o bloco Etzion e Ma'ale Adumim.

7. Israel continua a aumentar a actividade dos colonatos dentro e à volta de Jerusalém Oriental, ligados por estradas novas e uma linha de eléctricos.

A expansão dos colonatos na Cidade Velha e na Bacia Sagrada adjacente continua, com a maioria dos esforços concentrados no cerco à Cidade Velha em Silwan e a Bacia Sagrada. As acções das organizações de colonos, incluindo a ocupação de casas palestinas, a compra de propriedades através de testas-de-ferro e escavações em áreas sensíveis, são muitas vezes levadas a cabo em conluio com as autoridades do estado.

Construção e expansão planificada nos grandes blocos de habitações existentes dentro de Jerusalém Oriental. Desde Annapolis, quase 5.500 novas unidades de habitação foram apresentadas para parecer público, quase 3.000 das quais foram aprovadas, ficando muito perto de serem implementadas.

Construção e expansão planificada em “Grande Jerusalém” – ligando a cidade de Jerusalém aos blocos de habitações de Ma'ale Adumim a Leste (incluindo o plano EI), Atarov e Neve Yaacov Leste a Norte e Beitar Illit a Sul. Em combinação, estas medidas mostram sem dúvidas a intenção de isolar toda a Jerusalém Oriental e os blocos de habitações à volta da Cisjordânia.

A Cidade Velha e a Bacia Sagrada

8. Relativamente pequenos em número, mas muito preocupantes, são os colonatos que estão a ser implantados com ajuda governamental no coração dos bairros palestinos existentes dentro da Cidade Velha (área total: 0,9 km²) e áreas imediatamente circundantes (Silwan, Rās-al-Amud, ad-Tur, Wadi-al-Joz, Sheik Jarrah). Existem provas escritas de concordância, e ajuda monetária, de diferentes ministérios para as actividades dos colonos na Cidade Velha.

9. Grupos de colonos judaicos, tais como El Ad e Ateret Cohanim, utilizam vários meios para expandir os colonatos, muitas vezes com financiamento estrangeiro.

Um dos métodos utilizados para expropriação de propriedades palestinas é a “Lei sobre a Propriedade dos Ausentes”. Anteriormente apenas aplicada na Linha Verde Israel, a política mudou nos anos 80, e esta lei foi utilizada numa campanha governamental clandestina chefiada por Ariel Sharon, tendo como alvo as propriedades palestinas na Cidade Velha e em Silwan, entregando subsequentemente estas propriedades aos colonos. Em 1992, estas políticas foram interrompidas, como resultado de uma comissão de inquérito governamental, para serem retomadas pelo governo Sharon em 2002. Aguarda-se uma decisão final do Supremo Tribunal de Israel para resolver decisões contraditórias dos tribunais sobre a legalidade desta prática. Entretanto, propriedades como o Shepherds Hotel em Sheikh Jarrah e muitas casas dentro da Cidade Velha continuam sob controlo dos colonos.

Um outro método é a compra de terra aos palestinos directamente ou através de intermediários árabes. Em ambos os casos, os palestinos que vivem nessas casas geralmente não sabem que a casa está a ser vendida aos colonos, até serem expulsos.

Um terceiro método é a construção dentro dos bairros palestinos. Algumas habitações judaicas não possuem licenças de construção, mas são raramente demolidas – um contraste vivo em relação aos palestinos.

10. De acordo com o Ministério Israelita de Construção e Habitação, existem na actualidade aproximadamente 75 famílias e 600 estudantes Yeshiva em enclaves de colonos na Cidade Velha (fora do Bairro Judeu alargado). Existem também planos para construir um grande colonato novo de 35 unidades dentro do Bairro Muçulmano. Uma nova sinagoga muito próxima de Haram Al Sharif/Monte do Templo foi inaugurada em Outubro de 2008, aumentando os receios palestinos sobre os planos a longo prazo de tomarem conta do Santuário Muçulmano, e que estão a ser promovidos por grupos de colonos. Aliás, existem aproximadamente mais 60 famílias de colonos em Silwan, mesmo fora das muralhas da Cidade Velha (muitas delas aquisições recentes), com actividades recentemente alargadas ao Monte das Oliveiras, onde no ano passado foram ocupadas 2 casas. Um terreno de 29 dunum (3,9 ha), conhecido como “Bosque do Mufti”, que construtores palestinos pensavam desenvolver através do sector privado, foi confiscado pelas Autoridades de Terra Israelitas, e alugado à organização de colonos Ateret Cohanim.

11. Em 2008, aumentaram as incursões de grupos de colonos radicais no Haram Al Sharif no Monte do Templo. Principalmente durante o período dos grandes feriados judaicos, os colonos desfilaram frequentemente no complexo de Haram, por vezes sob protecção das forças de segurança israelitas, naquilo que parecia ser uma demonstração de força, e frequentes vezes resultando em confrontos com os palestinos.

12. As actuais actividades dos colonos à volta da Cidade Velha indicam um plano para criar uma contiguidade territorial entre o Anel Interno de Colonatos e a Cidade Velha. Muitas propriedades de palestinos estão a ser alvo de vários grupos de colonos, entre eles o Shepherd’s Hotel e o Bosque de Mufti em Sheikh Jarrah, bem como vários terrenos em Silwan e noutros lugares. O caso mais destacado é o da família Al-Kurd em Sheikh Jarrah, a qual, em 9 de Novembro de 2008, foi

despejada da casa que lhes tinha sido atribuída pela Agência de Assistência aos Refugiados Palestinos da ONU (UNRWA) em 1956, depois de o Tribunal Superior Israelita emitir uma ordem de despejo. Os colonos, que reivindicavam a propriedade da terra baseados numa alegada posse anterior a 1948, ocuparam a casa imediatamente.

Anel Interno de Colonatos

13. Existem actualmente cerca de 190.000 colonos israelitas a viver em grandes bairros de colonatos, como Pisgat Ze'ev, Har Homa e Gilo, dentro dos limites municipais. A expansão dos colonatos nestas áreas desenvolve-se a um passo muito rápido.

14. Desde Annapolis, quase 3.000 unidades de alojamento foram aprovadas para serem construídas em Har Homa, Pisgat Ze'ev, Talpiot Leste, Ramot e Gilo, tendo sido já ido a concurso 1.700 unidades. Outros sistemas de planeamento já foram postos para apreciação pública, o que representaria 3.000 novas unidades de alojamento se aprovadas e financiadas. Dos planos aprovados ou em estudo, mais de 3.000 destinam-se a Givat Hamatosw. Alguns destes colonatos (como Neve Ya'acov Leste) irão expandir-se para além do limite municipal de Jerusalém definido por Israel, mais dentro ainda da Cisjordânia. Estas acções correm o risco de alterar o carácter e estatuto de Jerusalém Oriental.

15. A expansão dos colonatos continua também no coração da população palestina, com novas construções no colonato de Ma'aleh Zeitim em Ras Al-Amud e no colonato de Nof Zion em Jabal Mukabbar, com planos de expansão em Sheikh Jarrah, Silwan e Abu Dis.

Anel Externo de Colonatos

16. Cerca de 96.000 israelitas vivem nos colonatos da Cisjordânia à volta de Jerusalém. O mais contestado destes colonatos é o de Maale Adumim (31.000 hab.), que representa cerca de um terço da população do anel externo de colonatos (veja abaixo). Outros colonatos fora das fronteiras municipais incluem Giv'at Ze'ev (11.000 hab.), e Geva Benjamin (2.850 hab. Também conhecido como "Adam"). Relatos de uma expansão planeada para o colonato de Giv'at Benjamin, Har Gilo, bem como a construção de vários milhares de unidades de alojamento na zona industrial de Atarot tem circulado através de ONGs, mas não foram ainda confirmados.

17. A área total do bloco Adumim e do plano El incluída na actual rota da barreira (conforme aprovada pelo governo israelita em 2006) cobre 61 km². O plano El prevê a construção de novos colonatos israelitas na Cisjordânia (El Eizariya Az-Zaim, At-Tor e Issawiya) com 3.500 unidades de alojamento, um parque industrial, duas esquadras de polícia, grandes infra-estruturas, desenvolvimento comercial e zonas de recreio. Quase toda a construção foi interrompida em 2004 sob grande pressão internacional, nomeadamente dos EUA. Contudo, completou-se a construção de uma esquadra de polícia e de algumas infra-estruturas de transportes. Em Abril de 2008, a "Polícia Distrital de Judeia e Samaria" foi transferida para El. Nessa altura, um plano governamental de entregar a velha sede da polícia em Ras El Amud aos colonos foi afastado, aparentemente devido a pressão internacional.

18. As medidas actuais israelitas na zona de Adumim/El e à sua volta constituem os maiores desafios ao processo de paz Israelo-Palestino. O terminar do Muro e do plano El iriam estabelecer uma contiguidade territorial israelita entre o bloco do colonato de Adumim e Jerusalém, dividindo a meio a Cisjordânia e separando Jerusalém Oriental do seu interior. A implementação deste plano iria impedir ainda mais o desenvolvimento urbano palestino, retirando a Jerusalém Oriental a maior parte das áreas livres disponíveis para o crescimento económico e demográfico.

Infra-Estruturas de Transportes

19. A construção da linha de eléctricos ligando os bairros árabes de Jerusalém Oriental e os colonatos israelitas ao centro de Jerusalém Ocidental continua sem parar desde 2008. A actual rota do eléctrico atravessa o bairro árabe de Shu'fat (cerca de 20.000 hab.), e liga os colonatos israelitas de Pisgat Ze'ev e Neve Ya'akov (cerca de 40.000 e 20.000 hab. respectivamente), a Nordeste de Jerusalém. O eléctrico irá aumentar substancialmente o custo da separação destas áreas de Jerusalém Ocidental e também entre eles próprios.

20. Israel também está a construir uma estrada de desvio a Jerusalém Oriental que ligará os aglomerados palestinos fora do muro a Norte e Sul de Jerusalém. O objectivo aparente desta estrada é de assegurar uma “contiguidade de transporte” para os palestinos que vivem a Norte e a Sul da Cisjordânia, viajando de Ramallah para Belém através de túneis, sem passar por Jerusalém Oriental. Num futuro próximo, quando acabar a sua construção, esta estrada de desvio pode vir a ser utilizada por Israel para dar uma ideia falsa de que se estabeleceu uma “contiguidade” entre o Norte e o Sul da Cisjordânia e que a construção de El não será um problema para o “tecido social palestino”,

21. Esta estrada está separada, através de um muro, de uma outra paralela reservada para uso de veículos israelitas. Esta estrada paralela liga o colonato Ma'aleh Adumim na Cisjordânia a Jerusalém.

22. Tem também havido confiscações de terra para uma outra estrada de desvio para tráfego palestino a sul da zona de Adumim/El (veja o mapa abaixo). Esta estrada irá complementar a que está em construção, desviando o tráfego Belém/Jericó fora do saliente Ma'aleh Adumim.

23. O efeito acumulado desta nova rede de estradas será o de permitir a Israel proibir todo o tráfego palestino da zona de Adumim/El. Beduínos árabes já foram deslocados desta zona.

III - BARREIRA/MURO DE SEPARAÇÃO

24. O muro de separação, e o sistema de autorizações associado, continuam a ter um impacto humanitário, social e económico muito grave na vida palestina. Em Julho de 2008, a Agência de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) relatou que 409 km (57%) da muro, de um total planeado do 725 km (o dobro do comprimento da Linha Verde), estavam completados e que mais 9% estavam em construção. O muro é feito de lajes de betão com 9 metros de altura à volta de vilas e cidades, e de vedações técnicas nas áreas rurais, com estradas militares de acesso ao lado. Em média, a barreira/muro tem uma largura de 60 metros.

25. Quando os planos do muro foram aprovados em 2002, o propósito anunciado era de criar uma barreira de segurança temporária para evitar ataques suicidas em Israel por militantes palestinos. A presença do muro e o sistema de autorizações foi feito para restringir o movimento dos palestinos dentro de Israel. Contudo, 86% da rota planeada do muro, incluindo Jerusalém Oriental, situa-se dentro da Linha de Armistício de 1949 (Linha Verde), i.e. na Cisjordânia. O muro desvia-se da Linha Verde para incluir cerca de 80 colonatos israelitas, incluindo 12 em Jerusalém Oriental, albergando 385.000 colonos israelitas na parte israelita do muro. Israel tem deixado claro, repetidamente, que tenciona mater estes colonatos e os 240 km² de terra que anexam (8,5%) da Cisjordânia, qualquer que seja o acordo final. O Muro na zona de Jerusalém anexa de facto 3,9% da Cisjordânia. Portanto não é difícil compreender os receios de muitos palestinos de que o muro de separação tornar-se-á a futura fronteira com o Estado de Israel. De facto, em Setembro de 2008, o vice-primeiro-ministro Haim Ramon até afirmou que “o muro era a nova fronteira de Israel a Leste”.

26. Ao incluir estes colonatos ilegais, o muro de separação isola 285.000 palestinos, e Jerusalém Oriental, da Cisjordânia. Embora não acabada, a muro já está a criar dificuldades geográficas e burocráticas a centenas de milhares de palestinos. Algumas povoações dentro do muro estão cercadas de 3 ou 4 lados pelo mesmo restringindo o acesso ao resto da Cisjordânia e tornando quase impossível uma expansão natural. Noutras zonas, o muro desvia-se dentro de Jerusalém oriental longe dos limites municipais para deixar zonas palestinas densamente povoadas como o campo de refugiados de Shuafat na Cisjordania. Em alguns casos atravessa completamente o centro das cidades como em Abu Dis em Jerusalém Oriental, cortando as comunidades palestinas.

À medida que se vai erguendo o muro, o sistema de postos de controlo (check points) e autorizações imposto aos Cisjordanos, vai sendo apertado. Estas restrições constroem o dia-a-dia palestino, o que por sua vez aumenta a frustração e pode alimentar o extremismo. Para a minoria a quem é concedida a autorização, o acesso a Jerusalém Oriental e a Israel é feito através de um número limitado de portões e postos de controlo (*checkpoints*) indicados, actualmente abertos numa base diária, semanal e/ou sazonal. Muitos portões ficam em zonas rurais para permitir aos agricultores o acesso às suas terras do outro lado do muro. Contudo, foi concedida autorização a apenas cerca de 20% dos agricultores e as horas de abertura dos portões são restritas, o que limita o tempo que podem trabalhar na terra. Isto está a ter um impacto sério nas economias rurais.

28. A zona entre o muro e a Linha Verde foi declarada uma zona militar fechada. Qualquer palestino com mais de 12 anos que aqui viva é obrigado a obter uma licença de residência permanente para aqui morar. Quando o muro estiver totalmente construído, estima-se que 35.000 palestinos necessitarão de uma autorização para viver na sua própria casa.

29. O regime de autorizações também tem tido um efeito negativo noutras zonas. Desde Setembro de 2000, houve uma quebra de 70% no número de estudantes que frequentam o *Campus* Beit Hanina da Universidade Al Quds em Jerusalém Oriental. Cada vez menos cristãos e muçulmanos têm acesso aos locais religiosos de Jerusalém. Durante o Ramadão, muitas vezes Israel impôs restrições de idade aos palestinos que quisessem visitar Haram al Sharif.

Relatos confirmados indicam que caiu a economia de Jerusalém Oriental e de cidades da Cisjordânia, como Belém, agora que os clientes foram afastados dos mercados e serviços. Bens de exportação

para Israel e para o estrangeiro são regularmente retidos ou enviados para trás nos postos de controlo (*checkpoints*) e em muitos casos artigos perecíveis estragam-se ao calor. Recentemente, um vinho para missa, que há 125 anos tem sido produzido por uma ordem Católica Romana numa adega em Belém, não foi deixado passar com o receio de constituir um risco de segurança.

30. Os hospitais de Jerusalém Oriental que prestam cuidados de saúde especializados, como tratamento oncológico ou diálise, que não existem na Cisjordânia, também enfrentam cada vez mais dificuldades em prestar serviços aos doentes. 70% dos seus doentes são Cisjordanos que necessitam de autorização para ir a Jerusalém receber tratamento. Estas autorizações são frequentemente atrasadas ou dadas para apenas um dia, mesmo quando haja necessidade de visitas repetidas ou seja necessário pernoitar. Desde Julho de 2008, todo o pessoal médico e doentes que vivem na Cisjordânia, mas têm autorização para ir a Jerusalém, só podem atravessar nos postos de controlo (*checkpoints*) de Qaldiya ou Zeitun. Esta mudança foi implementada em resposta aos alegados ataques terroristas em Jerusalém durante o Verão. Os palestinos têm de viajar das suas casas para os postos de controlo (*checkpoints*) e muitas vezes esperar durante horas para atravessar a pé, antes de procurar transporte do outro lado ou então viajar em autocarros especialmente designados. Estas políticas muitas vezes levam a que doentes e pessoal médico falte às consultas e têm um efeito muito negativo na prestação de cuidados de saúde aos palestinos.

IV - RESTRIÇÕES E DEMOLIÇÕES DE HABITAÇÕES PALESTINAS

31. O município de Jerusalém é responsável pela prestação de serviços em Jerusalém Oriental. Os palestinos de Jerusalém Oriental representam 34% da população de Jerusalém, mas gasta-se apenas entre 5%-10% do orçamento municipal nas zonas palestinias (dependendo do modelo seguido). As zonas palestinias da cidade caracterizam-se por estradas más, pouca ou nenhuma limpeza de ruas, sistemas de esgoto reduzidos, poucos serviços públicos, como parques, pavimentos, clínicas, bibliotecas, centros comunitários, clubes de jovens, recintos desportivos, campos de jogos ou salas de aulas em condições e a falta de manutenção dos espaços públicos. Esta situação contrasta vivamente com as zonas onde vivem os israelitas, tanto nos colonatos de Jerusalém Ocidental como de Jerusalém Oriental. A prestação de serviços naquele que é, de acordo com a definição israelita, um único município, reflecte práticas discriminatórias.

32. O município coloca grandes entraves à construção de habitações palestinias em Jerusalém Oriental. Apenas concede autorizações em zonas que já têm planos directores de zona. Desde que Israel anexou Jerusalém Oriental, mais de 35% do seu território foi expropriado (mais de 24 km²). No resto da área, grande parte continua sem plano. Nas áreas com plano, foi criado um “tecto” artificial para o desenvolvimento – com o objectivo de “manter o equilíbrio demográfico”, deixando apenas 12% de Jerusalém Oriental (a maior parte é originalmente de propriedade palestina) para efeitos de residência dos palestinos. Estes 12% de terra palestina já está densamente construída, e assim, os palestinos constroem nestes terrenos (pelos quais pagam taxas municipais e outras) sem licenças de construção. Não têm outra alternativa senão adoptar um comportamento ilegal contra a sua vontade, mesmo quando, nalguns casos, gastaram milhares de dólares para apresentar pedidos às autoridades de planeamento ou para contratar advogados na tentativa de construir legalmente.

Durante os últimos anos, os palestinos obtiveram menos de 200 autorizações por ano para construir; mesmo estas têm uma espera de vários anos e têm geralmente um custo muito elevado. Uma cada vez maior população palestina leva à construção de habitações palestinas sem licenças e são portanto consideradas “ilegais” pelas autoridades israelitas (apesar de a 4ª Convenção de Genebra afirmar que os poderes ocupantes não podem alargar a sua jurisdição ao território ocupado).

33. Desde 2004 foram demolidas cerca de 400 casas. Também aumentaram as “demolições administrativas” desde Annapolis, principalmente dentro e à volta de Jerusalém. De acordo com a Comissão Israelita contra as Demolições de Casas (ICAHD), desde Annapolis, as autoridades israelitas demoliram 95 casas em Jerusalém Oriental, de um total de 330 demolições de casas no Território Ocupado Palestino (isto representa um aumento geral de 25% em relação a um período de 11 meses anterior a Annapolis). 420 casas no bairro do Monte das Oliveiras estão actualmente sob ameaça de demolição. Procedimentos legais pararam temporariamente 300 demolições. Durante a 1ª semana de Novembro ocorreram novas demolições no bairro de Silwan, como parte de 80 ordens de demolição planeadas pelas autoridades israelitas em Junho de 2005, afirmando que eram estruturas ilegais. Em Silwan, se concretizadas, estas demolições irão expulsar 1.000 pessoas, incluindo mais de 700 crianças. O número de ordens de demolição existentes, e que ainda não foram executadas, é de cerca de 1.000 em Jerusalém Oriental.

34. A demolição de casas em Jerusalém Oriental Ocupada é ilegal segundo o direito internacional, não serve qualquer propósito claro, tem um grande impacto humanitário, e alimenta amargura e extremismo. A UE aprovou uma declaração sobre esta matéria em 1º de Novembro de 2008 e manifestou a sua preocupação às autoridades israelitas, através de uma diligência oficial junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Israel, em 1 de Dezembro de 2008.

V. - CARTÕES DE IDENTIDADE, ACESSO E ESTATUTO DE RESIDENTE

35. Os Palestinos de Jerusalém Oriental têm um cartão de identidade israelita azul que lhes dá direito a viver em Israel (na prática, em Jerusalém Oriental), mas não de votar nas eleições nacionais israelitas ou a ter um passaporte israelita. A renovação destes cartões azuis de identidade é um processo longo que decorre na repartição do Ministério do Interior israelita em Jerusalém Oriental. Contrariamente à cidadania, o estatuto de residência caduca ao fim de 7 anos, para as pessoas a viver no exterior. Assim, os Jerusalemitas que saíram para o exterior estão permanentemente em risco de perder o seu estatuto de residentes de Jerusalém e os direitos inerentes. Uma nova lei decretada em Julho de 2007 pelo Knesset israelita nega claramente direitos, baseados na sua origem nacional. De acordo com ONGs israelitas, como a Hamoked e Betsalem, esta lei é “racista e discriminatória”.

36. De acordo com a política israelita de “centro de vida”, os palestinos detentores do cartão de identidade azul que sejam encontrados a viver ou trabalhar fora de Jerusalém Oriental, por exemplo em Ramallah, perderiam o seu cartão de identidade (e conseqüentemente os seus direitos de residência em Jerusalém). Os palestinos detentores de cartão azul fora do muro têm cada vez mais dificuldade em ir a Jerusalém Oriental, sendo obrigados a procurar serviços de educação, médicos e religiosos no resto da Cisjordânia. Esta política tem grandes reflexos humanitários. Casais, onde um

tem um cartão azul de Jerusalém e o outro tem um verde da Cisjordânia, ficam numa posição precária. Embora, tecnicamente, Israel aceite a troca do estatuto de identidade azul aos cônjuges e filhos, o processo é muito lento e complicado, com as famílias a sofrer muita pressão. Desde o início da segunda Intifada, Israel congelou todos os programas de reunião familiar.

37. A aplicação mais aprofundada da política de “centro de vida”, e a construção do muro à volta de Jerusalém conduziu a uma segunda onda de “imigração” de detentores de cartão azul para a cidade. Os palestinos portadores de cartões de identidade estão a mudar para zonas do lado ocidental do muro e para a Cidade Velha, de modo a defender os seus direitos de residência, produzindo um rápido aumento de aluguer de casas nas zonas de Jerusalém Oriental, um aumento da população e falta de alojamento. Estes factores correm o risco de causar uma maior degradação do ambiente urbano.

38. Os palestinos que possuem cartões de identidade verdes da Cisjordânia ou cartões de identidade de Gaza, têm que requerer uma autorização para entrar em Jerusalém. Mesmo os habitantes da Cisjordânia ou de Gaza que tenham um emprego regular em Jerusalém Oriental, têm que renovar a sua autorização de entrada a cada 3 meses. Os portadores de identidade da Cisjordânia que têm autorização de entrada em Jerusalém, são objecto de várias condicionantes, e.g. um limite no tempo que podem permanecer em Jerusalém, e proibição de conduzir e pernoitar. O acesso de e entre Jerusalém e a Cisjordânia tornou-se cada vez mais difícil tanto para os detentores de cartão de Jerusalém como da Cisjordânia.

39. Uma aplicação mais rígida da actual política israelita na passagem de fronteira de Israel com os Territórios Palestinos Ocupados faz com que seja negada entrada aos cônjuges estrangeiros dos palestinos e cidadãos estrangeiros que queiram visitar ou trabalhar nos Territórios Ocupados. Além disso, e desafiando o princípio geral de reciprocidade, alguns estrangeiros a quem é negada entrada são portadores de passaportes da UE, enquanto cidadãos israelitas não têm quaisquer restrições quando circulam na UE.

VI. - INSTITUIÇÕES PALESTINAS

40. Desrespeitando as cláusulas do Roteiro para a Paz, que estabelece a sua reabertura, o Ministério Israelita de Segurança Interna renovou, em 8 de Fevereiro de 2008, e em 5 de Agosto de 2008, a ordem de encerramento de instituições palestinas em Jerusalém Oriental, encerradas em 2001, afirmando que estavam ligadas à Autoridade Palestina e portanto, em violação dos Acordos de Oslo.

41. Desde 2001, continuam encerradas cerca de 10 instituições palestinas em Jerusalém Oriental. Elas têm um papel importante na sociedade civil palestina, nos campos económicos, sociais e culturais, como é o caso da Orient House, da Sociedade de Estudos Árabes, da Câmara Árabe de Comércio e Indústria, do Centro Palestino para o Desenvolvimento de Micro-Projectos, e do Alto Conselho Árabe para o Turismo.

42. A “New Orient House”, geralmente conhecida como “Orient House” e fundada em finais de 70 sob a liderança do filantropo palestino Faisal Hussein, era a principal instituição civil em Jerusalém Oriental. Era a sede não-oficial da OLP em Jerusalém e tinha 12 departamentos, cobrindo várias

áreas (caritativas, sociais, culturais, económicas). Também canalizava ajuda financeira e material aos palestinos de Jerusalém excluídos dos sistemas israelitas de saúde, segurança social, aos que tinham dificuldade em pagar impostos ou propinas, bem como às vítimas das demolições.

43. Fundada em 1936, a Câmara Árabe de Comércio e Indústria tinha um papel importante no campo económico, prestando apoios jurídicos e administrativos, facilitando a participação de empresas locais e empresários nas feiras e exposições internacionais, promovendo os produtos locais e criando oportunidades de investimento.

44. As autoridades israelitas também encerraram em 2008 outras instituições palestinas em Jerusalém Oriental, nomeadamente a Organização do Fórum de Cultura em Sur Baher, encerrada em 4 de Fevereiro de 2008, e o Conselho de Habitação Palestino, especializado no financiamento de habitação social, e encerrado em 2 de Julho de 2008.

45. Mesmo que algumas delas tenham conseguido manter as suas actividades transferindo as suas sedes para fora de Jerusalém, o encerramento destas instituições tem um impacto profundo e negativo na sociedade palestina em Jerusalém Oriental, visto que as iniciativas públicas organizadas pela sociedade civil palestina em Jerusalém Oriental são geralmente proibidas. Desde Annapolis, as autoridades israelitas proibiram cerca de trinta iniciativas e encontros palestinos em Jerusalém Oriental. Particularmente, em Março de 2008, as autoridades israelitas proibiram um encontro para o lançamento da iniciativa “Jerusalém, capital cultural do mundo árabe 2009”. Tendo como alvo as instituições e actividades palestinas mais seculares e moderadas na cidade, contribuiu-se para a criação de um vácuo institucional em Jerusalém Oriental, deixando o caminho livre para as forças religiosas e radicais. Além do mais, a encerramento prolongado das instituições palestinas em Jerusalém Oriental prejudica o resultado final das negociações sobre o estatuto da cidade.

VII - LIBERDADE RELIGIOSA

46. Como foi dito anteriormente, os cristãos e muçulmanos que vivem a leste da Barreira/Muro de Separação têm cada vez mais dificuldade em chegar aos locais sagrados em Jerusalém Oriental. São apenas concedidas algumas poucas autorizações na altura das grandes celebrações. Além disso, os homens com menos de 45 anos, mesmo que possam entrar em Jerusalém, são raramente autorizados a entrar no complexo de Haram al-Sharif na Cidade Velha (considerado o terceiro local mais sagrado do Islão). Na realidade, Israel exerce de facto um veto sobre quem entra no complexo. Foram colocadas câmaras à entrada dos outros portões de Haram Al-Sharif, apontadas para o interior do complexo, e pessoal de Segurança Israelita está colocado à entrada de todos os portões decidindo quem entra. Também, através do seu controle no portão de Mughrabi, Israel impõe um fluxo incontrolado de turistas em Haram, sem negociações prévias com o Waqf, a autoridade Islâmica Jordana que tem jurisdição sobre o complexo.

47. A Cidade velha e a Bacia Sagrada estão sujeitas a grandes escavações unilaterais israelitas, incluindo Haram Al-Sharif/Monte do Templo. Além disso, nos últimos anos, as Autoridades Israelitas de Antiguidades têm “privatizado” cada vez mais os direitos de escavação a várias organizações não-governamentais israelitas ligadas às organizações de colonos extremistas. Muitos locais de escavação na Bacia Sagrada são agora operados e co-financiados por organizações privadas de

colonos ou entidades extremistas nelas filiadas, incluindo Ateret Cohanim., Western Wall Heritage Fund, Temple Mount e El Ad.

As ligações entre a expansão dos colonatos e a escavação de “túneis arqueológicos” em zonas sensíveis são motivo de grande preocupação. Estas entidades privadas, ou quase privadas, conseguiram obter responsabilidades soberanas para as actividades de escavação em muitas áreas religiosas sensíveis na Bacia Sagrada, incluindo a Porta de Mughrabi, debaixo da Porta de Damasco, à volta da Muralha Ocidental e em Silwan. Estas práticas privadas, e muitas vezes obscuras, põe em risco o status quo arqueológico dentro e à volta da Cidade Velha., e também contribuem para aumentar a desconfiança e tensões entre as comunidades religiosas na cidade. Estes projectos em curso ignoram os locais sagrados cristãos e muçulmanos. Embora não prejudiquem directamente estes locais sagrados, ameaçam a sua viabilidade, integridade e o domínio público na sua proximidade. A UNESCO tem frequentemente obrigado Israel a cumprir as declarações internacionais sobre a protecção do Património Mundial sob ocupação. Desta forma, a arqueologia está a transformar-se numa ferramenta ideológica da luta nacional e religiosa, executada de forma a modificar a identidade e o carácter da cidade e ameaça a sua estabilidade.

48. Em Janeiro de 2008, começaram as escavações para a construção de uma sinagoga no túnel da Muralha Ocidental, sete metros debaixo do bairro muçulmano, ao nível da estrada do período romano. Fica imediatamente adjacente a Haram Al-Sharif/Monte do Templo. As Autoridades Israelitas de Antiguidades estão muito envolvidas no seu planeamento e construção.

49. Em 2008, a construção da sinagoga de Ohel Yitzhak começou na Praça da Muralha Ocidental, na proximidade imediata de Haram Al-Sharif/Monte do Templo.

Um túnel que já está a ser escavado vai ligar esta sinagoga ao túnel da Muralha Ocidental.

50. Em 2005, Israel anunciou a construção de uma nova rampa na Porta de Mughrabi, ostensivamente para melhorar o acesso dos turistas, mas suficientemente robusta e larga para suportar veículos de segurança. Os trabalhos começaram, apesar dos protestos do Waqf. O gabinete de planeamento regional israelita decidiu em Julho de 2008 alterar o projecto inicial para preservar todas as camadas históricas e vestígios arqueológicos que se encontram debaixo da nova rampa planeada – incluindo os vestígios do moderno bairro de Mughrabi., e não para construir uma sinagoga naquele local, como inicialmente planeado. Contudo, os procedimentos do planeamento continuam, e existe o receio de que, mesmo mantendo a actual política, a zona de oração da Muralha Ocidental possa ser alargada para a proximidade da nova rampa., em vez de fazer salientar os vestígios muçulmanos. As autoridades Islâmicas receiam também que uma agenda escondida do Western Wall Heritage Fund possa alterar as normas de movimento através da Porta de Mughrabi e aumentar o acesso dos israelitas a Haram Al-Sharaf/Monte do Templo, sem coordenação prévia com o Waqf.

51. Israel também violou de várias maneiras os direitos das Igrejas Cristãs de operar livremente.

52. Por várias razões, as igrejas cristãs sentem dificuldades em obter ou prolongar vistos de longa duração, nomeadamente para os seus sacerdotes. Desde 2002, sacerdotes e membros das comunidades religiosas católicas que pedem às autoridades israelitas vistos de longa duração, principalmente cidadãos de países do Terceiro Mundo, e ainda mais os de descendência árabe, ficam sujeitos a procedimentos longos e complicados e com resultados limitados. Ultimamente, a duração

dos vistos foi reduzida para um período máximo de um ano. Além disso, vistos de entradas múltiplas têm sido progressivamente suprimidos, excepto para os dignitários que necessitam de um pedido especial. Estas medidas restritivas afectam bastante o funcionamento das instituições da Igreja, que têm grande dificuldade em trazer membros das comunidades dos estados árabes. Nenhum dos pedidos do Patriarcado Latino recebeu até à data qualquer resposta.

53. A Resolução 181 de 1947 da Assembleia Geral das Nações Unidas (“o plano de partilha”) especifica que nenhuma aplicação de taxas seria imposta sobre os Lugares Sagrados, construção ou local religioso, estando isentos à data da criação do estado. Em Dezembro de 2002, Israel aprovou uma lei que lança impostos sobre as propriedades religiosas, que até certa altura tinham estado isentas, embora a taxas reduzidas para os espaços utilizados exclusivamente para o culto. Nalguns casos, Israel procura o pagamento retroactivo de impostos. A maioria das Igrejas não poderá pagar. Por exemplo, se os vários hospitais e instituições sociais operados pelas Igrejas em Jerusalém Oriental forem obrigados a pagar, o seu futuro será incerto. Muitos destes hospitais que não existem em qualquer outra parte da Cisjordânia, prestam cuidados especializados aos palestinos

54. Até há pouco tempo, nunca foi posta seriamente em causa a possibilidade de as Igrejas locais guiarem os peregrinos e os fiéis dentro dos lugares sagrados. Para o cumprimento desta missão, desde há muitos anos, a Igreja emite “cartões verdes” aos sacerdotes e guias dos peregrinos aos lugares sagrados. O Ministério de Turismo israelita cada vez mais põe em causa esta prática e tenta reduzi-la ou suprimi-la através de várias medidas administrativas. Parece que o Ministério de Turismo israelita considera os lugares sagrados como uma atracção turística qualquer ou “património nacional”, e quer, portanto, aplicar normas como se tratasse de um qualquer “património nacional”, recusando aceitar a natureza essencialmente religiosa e universal dos lugares sagrados dos cristãos.

55. A vitalidade das comunidades religiosas e instituições mais pequenas revela questões que transcendem a questão da liberdade religiosa, por muito importante que esta seja. O declínio das minorias religiosas em Jerusalém ameaça a sua diversidade histórica, o seu legado e o seu significado icónico como um lugar onde as civilizações se encontram e não entram em choque.